

## **RENATO BERGER**

*Advogado em São Paulo. Atua como árbitro em disputas empresariais.  
LL.M pela Georgetown University (1997). Graduado pela Faculdade de  
Direito do Largo São Francisco – USP (1995).*

# **TEMAS COMPLEXOS DE DIREITO EMPRESARIAL**

**RESOLUÇÃO DE QUESTÕES CONCRETAS**

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL  
SÃO PAULO, 2019  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**RENATO BERGER**

Temas Complexos de Direito Empresarial:  
Resolução de Questões Concretas  
São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 978-85-7453-848-8

1. Direito Empresarial. 2. Direito Societário. 3. Contratos Empresariais. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp*: +55 11 9 9431 1922

*Email*: quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

# SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO, 11**

**PREFÁCIO, 17**

**INTRODUÇÃO, 21**

## I

### **AÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO AÇIONISTA CONTROLADOR (ART. 246 DA LEI DAS S.A.) EM SOCIEDADES 50/50, 25**

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	25
2. O controle nas sociedades 50/50.....	27
3. Responsabilidade do controlador na hipótese de controle conjunto....	32
4. Legitimidade passiva .....	34
5. Legitimidade ativa .....	35

## II

### **O REGIME SOCIETÁRIO DOS DIVIDENDOS, 43**

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	43
2. Dividendos obrigatórios nas sociedades anônimas.....	47
2.1. A expressão dividendos “mínimos obrigatórios” deve ser evitada.....	47
2.2. O dividendo obrigatório não precisa ser de 25% do lucro líquido .....	49
3. Dividendos obrigatórios legais não existem nas sociedades limitadas.....	51
3.1. Caso exista dividendo obrigatório em uma sociedade limitada, será por força de disposição contratual, não legal .....	51
3.2. Critério para aplicação de normas supletivas às sociedades limitadas.....	52

3.3. Regras sobre distribuição de lucros nas sociedades limitadas.....	53
4. Dividendos das ações preferenciais de companhias fechadas .....	55
4.1. Dividendos fixos .....	55
4.2. Dividendos mínimos.....	56
4.3. Lógica econômica .....	57
5. Dividendos das ações preferenciais de companhias abertas.....	57
6. Aquisição do direito de voto pelos preferencialistas .....	59
7. Para quem e quando o dividendo deve ser pago.....	61

### III

#### CONTRATOS EM MOEDA ESTRANGEIRA EXEQUÍVEIS NO BRASIL, 65

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	65
2. Contratos com pagamento em moeda estrangeira .....	65
3. Indexação de contratos a moedas estrangeiras .....	67
3.1. O regime legal não permite a indexação .....	68
3.2. A jurisprudência oscilante do STJ é fonte de incerteza.....	69
3.2.1. Decisões do STJ anteriores a 1994.....	69
3.2.2. Decisões do STJ após a alteração legal de 1994 .....	70
3.2.3. Precedentes de 2009 e 2013 que pareciam ter esclarecido a questão no STJ .....	71
3.2.4. A volta da oscilação nos precedentes do STJ após 2013.....	72
3.3. Efeitos práticos da incerteza jurisprudencial.....	74
3.4. Disposições contratuais e/ou respeito à boa-fé contratual poderiam afastar a vedação legal à indexação? .....	74
4. Moeda estrangeira como parâmetro para determinação de preço em negócio futuro .....	75

## IV

### A EMISSÃO DE *LEGAL OPINIONS* COMO CONDIÇÃO PARA O FECHAMENTO DE NEGÓCIOS, 79

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	79
2. Caracterização das <i>legal opinions</i> .....	80
3. A estrutura da <i>legal opinion</i> .....	84
4. <i>Legal opinions</i> emitidas em operações de crédito e aquisições societárias.....	89
4.1. <i>Legal opinion</i> em operações de crédito.....	89
4.2. <i>Legal opinion</i> em aquisições societárias.....	90
5. Responsabilidade do emissor da <i>legal opinion</i> .....	91
5.1. Considerações gerais sobre responsabilidade profissional dos advogados.....	91
5.2. Questões de responsabilidade típicas de <i>legal opinions</i> .....	94
5.3. Formas de conduta e mitigação do risco do emissor da <i>legal opinion</i> .....	97

## V

### A ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL EM CONTRATOS INTERNACIONAIS, 101

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	101
2. Delimitação prévia do campo de incidência da matéria .....	102
2.1. Primeira hipótese de incidência – Ação movida no Brasil envolvendo contrato internacional.....	102
2.2. Segunda hipótese de incidência – Homologação de sentença judicial estrangeira no Brasil .....	103
2.1. Não incidência – Arbitragem como meio de resolução de disputas .....	105
3. Opinião e abordagem proposta .....	106
4. A lógica intransponível da liberdade de escolha da lei aplicável .....	108
5. A impossibilidade de interpretações jurídicas que conduzam ao absurdo .....	113
6. Reflexos na vida real e nas decisões judiciais.....	117

## VI

### CONTRATOS DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO NO CC/2002, 119

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	119
2. Contrato de agência é equivalente ao contrato de representação comercial .....	120
3. Compatibilização legal do CC/2002 com a Lei do Representante Comercial .....	123
4. A distribuição prevista no CC/2002 é um possível desdobramento da agência .....	124

## VII

### A DÍVIDA REMANESCENTE NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS, 127

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	127
2. A interpretação literal do art. 27 da Lei 9.514/97 .....	128
3. Precedentes sobre o cenário específico objeto deste estudo – um relato pessoal .....	133

## VIII

### CLÁUSULA PENAL NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS, 139

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	139
2. Funções .....	140
3. Vantagens e desvantagens .....	142
3.1. Para o credor .....	143
3.2. Para o devedor .....	144
3.3. Não existe resposta única .....	145
4. Espécies de cláusula penal .....	145
4.1. Inexecução completa da obrigação – Cláusula penal compensatória .....	145

4.2. Hipótese de mora – Cláusula penal moratória.....	146
4.2.1. Se o contrato somente contiver cláusula penal moratória.....	147
4.2.2. Se o contrato contiver cláusula penal moratória e compensatória .....	148
4.3. Cláusula penal relativa ao inadimplemento de cláusula especial – Moratória ou compensatória? .....	149
5. Limites da cláusula penal.....	150
5.1. Valor da obrigação principal.....	150
5.2. Cumprimento parcial da obrigação.....	151
5.3. Valor manifestamente excessivo .....	152
5.4. Lei da Liberdade Econômica frente aos limites da cláusula penal.....	155
6. Relação entre o prejuízo efetivo e a cláusula penal.....	156

## IX

### O IMPACTO DA PRESCRIÇÃO AMBIENTAL EM OPERAÇÕES DE M&A, 159

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	159
2. Imprescritibilidade no contexto de M&A.....	160
3. Mecanismos típicos de indenização nos contratos de M&A .....	162
3.1. Razões subjacentes da perda indenizável.....	163
3.2. Regras contratuais de limitação do dever de indenizar.....	163
4. Dever de indenizar atrelado à prescrição das demandas subjacentes .....	164
4.1. Análise sob a perspectiva dos danos ambientais.....	166
5. Contingências ambientais e imprescritibilidade – Delimitação de hipóteses.....	168
5.1. Responsabilidade perante particulares.....	169
5.2. Multas por infrações ambientais .....	169
5.3. Dever de reparação dos danos ambientais.....	170
5.3.1. Danos ambientais revertidos (por ação da parte ou da natureza) .....	170
5.3.2. Conduta Continuada .....	171
5.3.3. Conduta (única ou continuada) encerrada .....	171

## X

**CLÁUSULA ARBITRAL EM CONTRATO SOCIAL:  
INTERPRETAÇÃO DE PRECEDENTE, 173**

1. Contexto   Questões a serem respondidas .....	173
2. Reprodução do acórdão a ser comentado .....	173
3. Comentário à decisão.....	179
3.1. Foco e abordagem .....	179
3.2. Ementas não formam jurisprudência .....	180
3.3. A técnica (ou arte) de distinguir precedentes é essencial.....	182
3.4. Os sistemas jurídicos atuais são mistos e precisam ser coerentes .....	184
3.5. O Acórdão TJSP, como qualquer precedente, deve ser analisado criteriosamente .....	185
3.6. Doutrina também possui contexto .....	186
3.7. Afinal, qual é o precedente criado pelo Acórdão TJSP? .....	187